

AGENDA STF: MINISTROS JULGAM APREENSÃO DE CNH E PASSAPORTE DE DEVEDORES

Formas mais agressivas de cobrança começaram a ser aplicadas após o atual CPC entrar em vigor em 2016

Por Joice Bacelo — Rio

[Ler íntegra](#)

STJ VOLTA A JULGAR BLOQUEIO DE PASSAPORTE PARA PAGAMENTO DE DÍVIDA 3ª TURMA DA CORTE TEM PRECEDENTES FAVORÁVEIS À APLICAÇÃO DA MEDIDA

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

Os contribuintes não conseguiram emplacar no Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma tese que ganhou força com a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins. Queriam tirar do cálculo da contribuição previdenciária patronal valores descontados dos trabalhadores - como Imposto de Renda (IRRF) e planos de saúde e odontológico. Porém, tanto a 1ª Turma quanto a 2ª Turma negaram os pedidos.

[Ler íntegra](#)

CÂMARA RETIRA MUDANÇAS DO SENADO E ENVIA PARA A SANÇÃO LIMITE DE ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS.

Hérica Christian

A Câmara concluiu a votação do teto de 17% do ICMS sobre os combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte público. Mas os deputados excluíram mudanças dos senadores, como a compensação ser feita pelas perdas de ICMS totais e não apenas sobre os produtos e serviços afetados. O senador

Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) antecipou que os governadores vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Já o líder do governo, Carlos Portinho (PL-RJ), admitiu que eventuais reajustes da Petrobras vão anular os ganhos do projeto, que segue para a sanção presidencial.

Fonte: Agência Senado

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2022/06/camara-retira-mudancas-do-senado-e-envia-para-a-sancao-limite-de-icms-sobre-combustiveis>

STF COMEÇA A JULGAR ICMS DE ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES NO DF E EM SC

PGR ajuizou ações contra leis de 24 Estados e do DF, que fixam percentual superior à alíquota geral

Por Adriana Aguiar, Valor — São Paulo

[Ler íntegra](#)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA PEDE AO SUPREMO QUE LIMITE ALÍQUOTA DE ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS

O presidente da República, Jair Bolsonaro, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 984), com pedido de liminar, com o objetivo de limitar a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre combustíveis nos 26 estados e no Distrito Federal à prevista para as operações em geral.

[Ler íntegra](#)

COMBUSTÍVEIS

MENDONÇA: ICMS DE COMBUSTÍVEIS DEVE SER UNIFORME EM TODO O PAÍS A PARTIR DE JULHO

Ministro também determinou que Petrobras deve explicar ao STF sua política de preços e reajustes dos últimos 60 meses

FLÁVIA MAIA

[Ler íntegra](#)

EMPRESAS PERDEM NO STJ DISPUTA SOBRE CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Para Corte, valores descontados de trabalhadores não podem ser retirados da base

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Ler íntegra](#)

IMPOSTOS E TAXAS

RELATOR NO TJSP VOTA PELA INCONSTITUCIONALIDADE DO VOTO DE QUALIDADE NO TIT-SP

‘Voto duplo de um dos juízes é incompatível com a imparcialidade’, considerou o relator, Ferreira Rodrigues

MARIANA RIBAS

[Ler íntegra](#)

PROCESSOS TRIBUTÁRIOS

STF: VALIDADE DE VOTO DE MINISTROS APOSENTADOS PODE CAUSAR PERDA DE R\$ 72 BILHÕES

Levantamento do JOTA aponta impacto em ao menos 5 processos, gerando prejuízo à União nos próximos 5 anos

CRISTIANE BONFANTI

FLÁVIA MAIA

FELIPE RECONDO

BRASÍLIA

[Ler íntegra](#)

OPINIÃO

TJ-SP CONSIDERA ILEGAL A ATUALIZAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE MULTAS TRIBUTÁRIAS

Por Perisson Andrade

A discussão acerca da confiscatoriedade de multas fiscais em patamar superior ao valor do próprio imposto cobrado não é nova, havendo precedentes de todos os Tribunais de Justiça do Brasil sobre o tema, fundamentadas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal — originada na ADI-RJ 551 e em inúmeros precedentes posteriores —. O tema se encontra, aliás, em reexame no STF, por conta da afetação ao rito de repercussão geral (RE 1.335.293 — Tema 1.195)

[Ler íntegra](#)

CADA UM NA SUA

CONTÊINER NÃO PODE SER APREENDIDO JUNTO COM MERCADORIA, DECIDE TJ-SP

Por Táбата Viapiana

O contêiner não se confunde com a mercadoria transportada, não podendo persistir sua apreensão junto com a carga. Com esse entendimento, a 21ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que a gestora do Porto de Santos devolva um contêiner de uma empresa de importação e exportação.

[Ler íntegra](#)

STJ AUTORIZA SEQUESTRO DE BENS EM PROCESSO DE SONEGAÇÃO FISCAL

5ª Turma levou em consideração norma de 1941, que teria sido mantida pela Constituição

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Ler íntegra](#)

SEM CONTRADITÓRIO

SUSPENSÃO SUMÁRIA DE CNPJ EM INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA É INCONSTITUCIONAL

Por Rafa Santos

[Ler íntegra](#)

TRIBUTÁRIO

A NOVELA DA INCIDÊNCIA DO ICMS NA TRANSFERÊNCIA DE BENS E MERCADORIAS

Julgamento no STF, que está suspenso, levou à formulação de duas teses sobre a modulação

[Ler íntegra](#)

LGPD TEM PROVOCAO ALTA DEMANDA ÀS EMPRESAS POR TITULARES DE DADOS, APONTA LEVANTAMENTO

Quase 20% disseram ter havido incidente de dados na empresa nos últimos 12 meses

[Ler íntegra](#)

MP CONCEDE AUTONOMIA DE AUTARQUIA À AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Beto Barata/PR

Proposições legislativas

MPV 1124/2022

[Ler íntegra](#)

UM EXECUTADO, DOIS ATINGIDOS

STJ VETA PENHORA TOTAL EM CONTA CONJUNTA POR DÍVIDA EXCLUSIVA DE UM DOS TITULARES

Por Danilo Vital

Não é possível a penhora integral dos valores depositados em conta bancária conjunta solidária na hipótese de apenas um dos titulares ser o sujeito passivo do

processo de execução em que se admitiu a constrição.

[Ler íntegra](#)

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE

DESEMBARGADOR DO TJ-MG DÁ LIMINAR PARA SUSPENDER COBRANÇA DO DIFAL EM 2022

Por Rafa Santos

O princípio da anterioridade veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

[Ler íntegra](#)

IMPOSTO CUMULATIVO

TRF4 REJEITA SÉRIE DE PEDIDOS PARA RETIRAR ISS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Empresas querem aplicação de regra que exclui o ICMS do faturamento. Tratamento do ISS aguarda julgamento pelo STF

LETÍCIA PAIVA

[Ler íntegra](#)

CNJ MIRA AÇÕES JUDICIAIS QUE CONTESTAM DECISÕES DO CADE

Portaria deve ser publicada em conjunto com a Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade

Por Beatriz Olivon

[Ler íntegra](#)

COMPETITIVIDADE

ECONOMIA PUBLICA DIAGNÓSTICO DA OFERTA DE SEMICONDUTORES E PROPÕE MEDIDAS PARA AMPLIAR DISPONIBILIDADE

O Plano de Ação: Produção de Componentes Semicondutores no Brasil visa discutir com o setor as oportunidades de desenvolvimento e produção local de componentes automotivos a partir de novas tecnologias

[Ler íntegra](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)